

MEIO AMBIENTE

Para Kerry, nem Trump pode frear agenda verde

Ex-assessor de Biden diz que ninguém vai impedir o combate às mudanças climáticas

» DENISE ROTHENBURG
Enviada Especial

Belém — Depois das primeiras 48 horas da eleição de Donald Trump como o próximo presidente dos Estados Unidos, autoridades e políticos mais ligados ao governo de Joe Biden começam a perceber que nem tudo está perdido na área do combate às mudanças climáticas. “Não é uma pessoa, um homem, que vai conseguir nos tirar dos trilhos do combate às mudanças climáticas. Nem mesmo o poderoso presidente dos Estados Unidos pode tirar desses trilhos os esforços de 200 países ao redor do mundo”, enfatizou John Kerry, ex-secretário de Estado do governo dos Estados Unidos e ex-assessor especial de Biden para o clima.

Kerry proferiu a palestra magna, ontem, na Conferência Internacional Amazônia e novas Economias, em Belém, promovida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), capitaneado pelo ex-ministro Raul Jungmann. O evento recebeu o carinhoso apelido de COP Pocket, numa referência ao fato de a cidade receber a COP30 daqui a um ano.

No formato de entrevista, com a participação do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy — atualmente diretor do Banco Safra — e da diretora-executiva de Clima e Sustentabilidade do Eurasia Group, Shari Friedman, Kerry discorreu por uma hora sobre o que considera crucial para reverter o processo de mudanças climáticas. Ele mencionou que, se a temperatura continuar subindo, é sinal de que é necessário acelerar esse combate.

Acordo de Paris

Ainda em referência a Trump, sem citar o nome do republicano, Kerry lembrou que o primeiro mandato do ex-presidente foi de recuo na agenda ambiental, por exemplo, com a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, assinado em 2015. Naquela ocasião, os governos se comprometeram a reduzir as emissões.

Os Estados Unidos voltaram ao acordo no governo Biden, e a

AFP



Kerry ressaltou que a população dos Estados Unidos não abandonou os compromissos da agenda ambiental.



Não é uma pessoa, um homem, que vai conseguir nos tirar dos trilhos do combate às mudanças climáticas. Nem mesmo o poderoso presidente dos Estados Unidos pode tirar desses trilhos os esforços de 200 países ao redor do mundo”

John Kerry, ex-assessor especial de Biden para o clima

expectativa de Kerry é de que não haja mais retrocessos. O ex-secretário de Estado foi incisivo ao dizer que governantes “têm mandato e precisam seguir as leis” e que a população dos Estados

Unidos não abandonou os compromissos da agenda ambiental, que ele considera um processo positivo. Porém, se, até aqui, a temperatura continua subindo, ou seja, o mundo continua aquecendo, “é sinal de que estamos no caminho errado e que precisamos fazer mais e mais rápido”.

Em relação ao mundo, Kerry considera que houve algum avanço desde a assinatura do Acordo de Paris. Em Dubai, por exemplo, as cobranças foram mais veementes no quesito transição energética, ou seja, redução das usinas de carvão e investimentos em energia renováveis. “Precisamos fazer mais e podemos fazer mais”, afirmou, referindo-se à substituição das energias poluentes pela energia limpa, com ênfase no armazenamento dessa energia. “Muita gente diz que vai custar muito, mas não vai custar mais do que custou quando construímos estradas e linhas de transmissão”, argumentou. Ele aposta que as empresas terão condições de ganhar mais dinheiro num mundo sustentável.

O combate às mudanças climáticas fez Kerry se desdobrar em elogios à China, que era o segundo maior emissor do planeta. “A China agora está progredindo mais em energias renováveis do que o resto do mundo.” Mencionou, ainda, o Brasil como um país que tem a chave para trabalhar muito no conceito da bioeconomia. “O presidente Lula vem fazendo grandes esforços para reduzir o desmatamento e obteve essa redução. Há muitas oportunidades no Brasil”, frisou.

Kerry defendeu a criação de um fundo climático, capaz de reduzir os riscos dos investimentos nessa área ambiental e, assim, atrair mais capital para esse setor. Ele considera, também, que é preciso criar um preço para o carbono. “Acho que na COP30 haverá muito mais discussão sobre o mercado de carbono, e se tivermos um preço para o carbono, vamos acelerar isso”, ressaltou, prometendo comparecer à COP30, no ano que vem.

A jornalista viajou a convite do Ibram

Defesa de ações contra a desigualdade social

» CAMILA CURADO
» FERNANDA STRICKLAND

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defenderam a regulação das tecnologias digitais e uma nova reforma tributária para o desenvolvimento social. As declarações foram dadas durante o segundo dia da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlaentos do G20, ontem, no Congresso.

Pacheco citou a inteligência artificial e da internet das coisas como aliados no enfrentamento de novos desafios. Segundo ele, o Congresso tem trabalhado na regulamentação desse setor para trazer mais segurança jurídica. “Precisamos de uma infraestrutura digital eficiente, inclusiva e resiliente, que promova a conectividade global em prol da redução das desigualdades, tendo sempre como meta o desenvolvimento social centrado no ser humano”, frisou.

Lira destacou o compromisso da esfera legislativa brasileira em mitigar os efeitos da desigualdade, citando a reforma tributária. “Estamos caminhando para um modelo de tributação mais simplificado, racional e justo, corrigindo uma oneração desproporcional sobre o consumo dos mais pobres e aumentando a previsibilidade para quem gera investimentos, empregos e oportunidades”, disse.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pacheco: “Precisamos de uma infraestrutura digital inclusiva e resiliente”

A crise ambiental foi colocada em pauta pelo presidente da Câmara, que lembrou as inundações do Rio Grande do Sul, em maio, da seca na região amazônica, mostrando preocupação com o aumento da frequência de eventos climáticos extremos.

“A crise climática atinge a população de forma desigual. Investimentos e responsabilidade na mitigação dos seus efeitos devem ser, portanto, repartidos de forma proporcional e justa”, sustentou.

Ambos ressaltaram o

fortalecimento do diálogo e da cooperação entre países como um dos caminhos para combater os desastres naturais e as desigualdades sociais.

O presidente do Senado encerrou sua fala com uma mensagem de esperança: “Quero com otimismo dizer a todos que estamos diante de uma oportunidade ímpar para a construção de um mundo melhor, mais inclusivo, justo, solidário e ambientalmente saudável”.

Hoje, dia do encerramento do evento, os presidentes e

representantes dos parlamentos de 23 países se despedem de Brasília.

A próxima parada será no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro, onde ocorrerá a 19ª reunião de cúpula do G20. Na reunião, o Brasil vai passar a presidência do grupo para a África do Sul, que receberá a edição de 2025.

G20 Social

Também ontem, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, comentou sobre o G20 Social, que será realizado entre 14 e 16 de novembro, no Rio, antecedendo a reunião de líderes das maiores economias. Ele disse que um dos pontos centrais será a proposta de um imposto global sobre os super-ricos.

Esse imposto, com uma alíquota de 2%, focaria em uma pequena elite financeira global composta por cerca de três mil pessoas, cujas fortunas somam aproximadamente US\$ 15 trilhões. Segundo o ministro, a arrecadação dessa taxa seria crucial para financiar ações de combate à fome e à pobreza, além de medidas para mitigar as mudanças climáticas.

“O imposto global de 2% não impactará a classe média nem as pequenas empresas, e, sim, um grupo muito reduzido de pessoas com grande poder econômico”, explicou Macêdo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Lupi é o patinho feio do ajuste fiscal

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), está com um pé fora do governo por causa do ajuste fiscal. Disse o ministro trabalhista que não tem como ficar na Esplanada se houver cortes em direitos da Previdência. Entrou em rota de colisão com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas conta com a solidariedade de outros ministros que estão na alça de mira da equipe econômica.

Ontem, houve mais reuniões no Palácio do Planalto para debater o pacote fiscal. Enquanto o governo não encontra uma saída para o rombo nas contas, o mercado especula e o Copom sobe a taxa de juros. Duas reuniões com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma pela manhã e outra à tarde, não chegaram a uma conclusão. Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, estão praticamente isolados na equipe.

Ambos se digladiam com os ministros da Casa Civil, Rui Costa; da Educação, Camilo Santana; do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; da Saúde, Nísia Trindade; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e da Comunicação Social, Paulo Pimenta. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro da Indústria e Comércio, tende a apoiar Haddad e Tebet.

Lupi defende que os cortes devem mirar os devedores, a sonegação e as isenções indevidas, mas não tem como dar respostas ao problema imediato: o governo apresentou déficit primário de R\$ 105,2 bilhões nas contas públicas no acumulado de janeiro a setembro de 2024. Houve uma piora em relação ao mesmo período de 2023, quando o saldo negativo foi de R\$ 94,3 bilhões em valores nominais —variação de 11,6%.

O ministro da Previdência virou o patinho feio da Esplanada. As contas da Previdência Social fecharam o mês de setembro com um rombo de R\$ 26,2 bilhões. No acumulado até agosto, o déficit já somava R\$ 239,6 bilhões — um aumento de 1,5% em relação a 2023. Com o salto registrado em setembro, no entanto, a comparação piorou. Agora, 2024 tem um resultado 3,1% pior que o ano anterior.

O rombo na Previdência tem grande peso no balanço das contas do governo federal, que inclui também o Tesouro Nacional e o Banco Central. O déficit das contas do governo chegou perto de R\$ 100 bilhões. O valor equivale ao déficit da Previdência de R\$ 239,6 bilhões mais o do Banco Central, de aproximadamente R\$ 700 milhões, menos o saldo positivo do Tesouro, que foi R\$ 140,3 bilhões no período. Ou seja, a Fazenda enxuga gelo.

Lupi estrala porque há propostas de mudanças nos reajustes do salário mínimo e das aposentadorias. “Pessoalmente, sou contra, e tenho certeza de que o presidente Lula também”, disse. A proposta do ministro é reduzir os gastos combatendo fraudes e benefícios indevidos: “Estamos fazendo uma economia grande conferindo gente que não tem mais direito à licença por doença. Se um cara teve uma doença e se curou, como continua tendo licença? O grande desafio da Previdência é que mais da metade dos nossos pedidos são de auxílio-doença. O Brasil está doente assim?”, questiona.

Emendas parlamentares

O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 5,3 bilhões no último mês de setembro. O resultado é bastante inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior, quando houve um superávit de R\$ 11,6 bilhões, em valores nominais, e surpreendeu negativamente os técnicos do Ministério da Fazenda, que projetavam um déficit de R\$ 2 bilhões no mesmo período. De acordo com o Tesouro, um dos principais fatores que influenciaram o déficit do RGPS do mês de setembro foi o pagamento antecipado de R\$ 4,3 bilhões em precatórios federais destinados à recuperação do Rio Grande do Sul, que seriam realizados apenas em 2025.

Também houve um crescimento real de R\$ 1,1 bilhão nas despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pelo regime de Renda Mensal Vitalícia (RMV), que, de acordo com o governo, é resultado direto do aumento do número de beneficiários, além do aumento do salário mínimo, que passou de R\$ 1.302 para R\$ 1.412 nesse período. Mexer nisso aí é um vespeiro. O Orçamento é engessado pelas despesas vinculadas, pelos juros da dívida pública e, mais recentemente, pelos parlamentares que mordem fatias cada vez maiores dos recursos com emendas orçamentárias.

A Câmara dos Deputados deu sinais, nesta semana, de que não pretende reduzir o valor das emendas: R\$ 50,5 bilhões aos deputados e senadores em 2025, praticamente o mesmo valor deste ano, sem atender às condições impostas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para garantir transparência e rastreabilidade às emendas. As emendas individuais e de bancada, de execução obrigatória, continuarão a crescer. A diferença é que, a partir de 2026, seguirão o arcabouço fiscal, que garante um aumento real, ou seja, acima da inflação, de 2,5%.

Quanto às emendas Pix, os autores deverão indicar o objeto e o valor das indicações, dando preferência a obras inacabadas de estados e municípios, mas sem exigência de cronograma de execução nem assinatura de convênio para o envio dos recursos. Agora, a proposta de emendas aprovada na Câmara, por 330 votos favoráveis e 74 contrários, será submetida ao Senado. Quanto ao déficit deste ano, o Congresso quer liberar os R\$ 17,5 bilhões bloqueados pela decisão de Dino, na próxima semana.